



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Plano de Ensino			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Ciências Contábeis			
Departamento Responsável: Departamento de Ciências Contábeis (DCC)			
Data de aprovação (Art. Nº 91):		Semestre: 2025/1	
Docente: Paulo Henrique Amaral Rody			
Qualificação/link para o Currículo Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/0694452670714443">http://lattes.cnpq.br/0694452670714443</a>			
Disciplina: Planejamento Tributário I		Código: CON06337	
Período: 5º		Turma: 2	
Pré-requisito: Contabilidade Intermediária I e Direito Empresarial		Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	60	0	0
Ementa: Análise crítica das alternativas de elisão fiscal em relação aos principais tributos. Simulação e dissimulação. Crimes de sonegação fiscal. Incentivos fiscais federais, estaduais e municipais.			
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"><li>• Revisar o Sistema Tributário Nacional;</li><li>• Compreender as formas de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos tributos sobre o faturamento/consumo e sobre o lucro/renda;</li><li>• Compreender a classificação contábil de tributos de acordo com seu fato gerador;</li><li>• Conhecer as obrigações acessórias relacionadas com os tributos sobre o faturamento e sobre o lucro;</li><li>• Entender a Reforma Tributária.</li></ul>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**Conteúdo Programático:**

**1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional:**

Conceito de Tributo; contribuições especiais; elementos do tributo; limitações ao poder de tributar; princípios da não cumulatividade e seletividade; competência tributária; classificações dos tributos e fontes de direito.

**2 – Tributos sobre o Faturamento:**

**2.1 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS):**

Competência tributária; fato gerador; contribuinte; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; lançamento por estimativa; metodologia de apuração; e contabilização.

**2.2 – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):**

Competência tributária; incidência; princípios da não cumulatividade e da seletividade; fato gerador; contribuintes; base de cálculo, alíquota, período de apuração; e contabilização.

**2.3 – Programa de Integração Social (PIS):**

Base legal; competência tributária; objetivo; princípios da cumulatividade e não cumulatividade; destinação; contribuintes; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; geração de crédito; metodologia de apuração; e contabilização.

**2.4 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):**

Base legal; competência tributária; objetivo; princípios da cumulatividade e não cumulatividade; destinação; contribuintes; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; geração de crédito; metodologia de apuração; e contabilização.

**2.5 - Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS):**

Competência tributária; princípios da não cumulatividade e da seletividade; período de apuração; fato gerador; contribuintes; incidência; não incidência; base de cálculo; alíquotas; ICMS Diferencial de Alíquota; ICMS Substituição Tributária; e contabilização.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**2.6 – Reforma tributária:**

Princípios, Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços IBS, IS (Imposto Seletivo), transição.

**3 – Tributos sobre a Renda:**

**3.1 – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ):**

Fato gerador; base de cálculo e metodologia de apuração (montante real, presumido e arbitrado); contribuinte; período de apuração; alíquotas; isenções; e contabilização.

**3.2 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):**

Fato gerador; base de cálculo e metodologia de apuração (montante real, presumido e arbitrado); contribuinte; período de apuração; e alíquota.

**3.3 – Tributos diferidos:**

Diferenças temporárias; diferenças permanentes; e contabilização.

**3.4 – Lucro Real:**

Obrigatoriedade; recolhimento trimestral; recolhimento por estimativa; e base de cálculo.

**3.5 – Lucro Presumido:**

Limite para opção; período de apuração; e base de cálculo.

**3.6 – Simples Nacional:**

Base legal; benefícios; microempresas e empresas de pequeno porte; restrições para opção; abrangência; periodicidade; guia de recolhimento; vedações; alíquotas; base de cálculo; recolhimento; créditos; obrigações acessórias; e obrigações trabalhistas.

**3.7 - Microempreendedor Individual (MEI):**

Regras gerais; documentação necessária para o MEI; obrigações acessórias do MEI; custo tributário do MEI; e Imposto de Renda da Pessoa Física para o MEI.

**4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias:**

**4.1 – Escrituração Fiscal:**

Registros de Entradas, Saídas e Outros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**4.2. Obrigações Acessórias:**

Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF); Declaração de Operações Tributáveis (DOT); Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA).

**4.3 - Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):**

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (EFD); Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS (EFD PIS/COFINS); e Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

**5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica:**

Classificação contábil dos seguintes tributos: IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), IPTU (Imposto Territorial Urbano), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), ITR (Imposto Territorial Rural), Taxas e Contribuições de Melhoria.

**6 – Reforma Tributária:**

Possíveis alterações no Sistema Tributário Nacional.

**Metodologia:**

- Aulas expositivas e interativas com a utilização do data show do quadro branco e pincel.
- Primeira parte da aula: exposição de conteúdo pelo professor.
- Segunda parte da aula: contextualização do conteúdo apresentado, por meio de resoluções de exercícios, estudos de caso e demais atividades de fixação de conteúdo.
- O material da disciplina será divulgado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

**Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

$$\text{Média Parcial} = \frac{(\text{Nota Avaliação 1} \times \text{Peso 1}) + (\text{Nota Avaliação 2} \times \text{Peso 1})}{2}$$

Será aprovado o aluno que alcançar a média parcial maior ou igual a 7,00 (sete).

O aluno que obter média parcial inferior a 7,00 (sete), ficará de prova final, precisando alcançar a média final maior ou igual a 5,00 (cinco) pela soma da nota da média parcial + nota da prova final divididos por 2,00 (dois).

A prova final, individual e sem consulta, será aplicada de acordo com o calendário acadêmico e abordará todo o conteúdo programático da disciplina.

Os alunos deverão observar as normas da Universidade referentes à frequência e faltas às aulas.

**(1) Avaliação 1 (10 pontos):** Prova bimestral 1, individual e sem consulta, abordando o conteúdo do primeiro bimestre.

**(2) Avaliação 2 (10 pontos):** Prova bimestral 2, individual e sem consulta, abordando o conteúdo do segundo bimestre.

**Bibliografia Básica:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** de 05 de outubro de 1988. **Código Tributário Nacional.** Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Martins de [et al.]. **Manual de contabilidade tributária.** 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Amaury José, PEREIRA, Carlos Alberto e ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e Seus Reflexos Sobre os Resultados das Empresas.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade Tributária. Um Enfoque Prático nas Áreas Federal, Estadual e Municipal.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências.** Lei



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970.

**Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (DOU de 15/12/2006).

**Institui contribuição para o financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.** Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.

**Dispõe sobre o ICMS e dá outras providências.** Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

**Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.** Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 (DOU de 01/08/2003).

**Lei das Sociedades por Ações.** Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.** Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

**Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados.** Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010.

**Regulamento do Imposto de Renda.** Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

**Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (DOU de 28/12/2007).

**Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.** Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

**Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) [ ].** Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020.

**Altera o Sistema Tributário Nacional.** Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

CGSN. **Dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências.** Resolução nº 140, de 22 de maio de 2018 (DOU de 24/05/2018) e alterações.

CHAVES, Francisco Coutinho; MUNIZ, Érika Gadêlha. **Contabilidade Tributária na Prática.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONFAZ. **Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD.** Ajuste SINIEF 2 de 03 de abril de 2009 (DOU de 08/04/2009).

**Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.** Convênio ICMS 57/1995 (DOU de 30/06/1995).

CPC. **Tributos sobre o lucro.** Pronunciamento Técnico CPC 32 (27/07/2009).

ESPÍRITO SANTO. **Regulamento do ICMS.** Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002 (DOE de 25/10/2002).

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTASSI, André Luís; CILLO, André Roberto; CILLO, Geraldo; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano. **Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino.** São Paulo: Cengage, 2018.

PEGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária.** 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução à Contabilidade Tributária.** 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. **Contabilidade Tributária: Um enfoque nos IFRS e na Legislação do IRPJ.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VITÓRIA. **Altera e legislação do ISSQN.** Lei nº 6.075, de 30/12/2003.

**Observações:**

*Além das referências acima, ao longo do semestre poderão ser indicados novos textos, teses, dissertações, livros e artigos atualizados para melhor acompanhamento do conteúdo do curso.*

**Cronograma das aulas:**

Aula	Data	Conteúdo Programático
1	23/04/2025	Apresentação do Plano de Ensino
2	25/04/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 1
3	30/04/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 2
4	02/05/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 3
5	07/05/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 4
6	09/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 1
7	14/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 2
8	16/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 3
9	21/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 4
10	23/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 5
11	28/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 6
12	30/05/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 1
13	04/06/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 2
14	06/06/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

15	11/06/2025	<b>Prova 01</b>
16	13/06/2025	Correção Prova 1
17	18/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 1
18	25/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 2
19	27/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 3
20	02/07/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 4
21	04/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 1
22	09/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 2
23	11/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 3
24	23/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 4
25	25/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 5
26	30/07/2025	6 – Reforma Tributária – Parte 1
27	01/08/2025	6 – Reforma Tributária – Parte 2
28	06/08/2025	<b>Prova 2</b>
29	08/08/2025	Correção Prova 2
30	13/08/2025	Resultado Parcial
	03/09/2025	<b>Prova Final</b>

\*Este cronograma poderá ser alterado no decorrer do semestre e dado a ampla divulgação entre os discentes.